

# História Política, História Social e História Militar

Três histórias em busca de um eixo teórico-metodológico comum

*Renato Jorge Paranhos Restier Junior\**

*Marcello José Gomes Loureiro\*\**

## Introdução

**P**retendemos, com este artigo, destacar de forma simplificada os novos procedimentos teóricos e metodológicos na produção do conhecimento histórico, que oferecem aos cientistas sociais e historiadores um instrumental amplo para a atuação na pesquisa em História Militar.

Embora o estudo da guerra tenha longa tradição, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, há alguns anos é possível verificar um grande incremento nas pesquisas relativas à História Militar no Brasil. Por exemplo, importantes pesquisadores têm direcionado seus enfoques para a produção acadêmica nesse sentido, bem como centros de referência acadêmica têm produzido dissertações e teses nesse campo do saber. O próprio mercado editorial indica o crescimento do interesse acerca da área.

Em razão das aproximações que a História estabeleceu principalmente com a teoria social e com a antropologia, novas abordagens têm sido aplicadas à historiografia militar. Por exemplo, no que se refere ao estudo da guerra, é possível reter atenção nos espaços de conflito, nas opções geoestratégicas, na logística, nos recursos tecnológicos, nas relações entre líderes e liderados, nas culturas políticas, identidades e sentimentos dos combatentes etc. Enfim, multifacetados enfoques temáticos refinam a produção textual e o debate decorrente.

Em síntese, atualmente a História Militar procura estudar o fenômeno militar sob uma nova ótica, em que os diversos fenômenos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica, contrapondo-se a um modelo tradicional, que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas, narradas de forma descritiva,

---

\* Renato Restier é primeiro-tenente do Quadro Técnico Temporário da Marinha, graduado em História pela Universidade Gama Filho, especialista em História Militar pela UNIRIO/DECEX/IGHMB e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Sócio honorário do IGHMB.

\*\* Marcello Loureiro é primeiro-tenente da Marinha, graduado pela Escola Naval. É bacharel e licenciado em História pela UERJ, especialista em História do Brasil pela UFF e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

memorialista e centrada no culto aos grandes heróis. A historiografia militar tradicional não concebia o militar e as instituições militares dentro dos contextos social, cultural, psicológico, geográfico, receptor e agente transformador. Desconsiderava o diálogo constante com as correntes de um todo social, e sem qualquer problematização. (CASTRO et al., 2004, p. 23-26)

A História Militar, tal como a História Política, foi durante algum tempo marginalizada em função de seu rótulo de história meramente factualista. Não seria justo condenar a História Militar como a única que produziu ou que deu origem à história factual, logo não é também correto afirmar que suas mudanças hoje são singulares em relação aos outros campos da História.

### Uma nova História Política

A importância de dedicarmos uma passagem neste artigo à História Política se deve ao fato de que, durante um grande período, especificamente no século XIX, os fenômenos militares eram tratados somente na esfera dos fenômenos políticos. A guerra era entendida apenas enquanto um instrumento da política. Essa pers-

pectiva, interpretada das teorias de Karl von Clausewitz em sua obra *Da guerra*, influenciou diversos estudiosos da teoria da guerra, da História Política, da História Diplomática e demais campos do conhecimento relacionados aos fenômenos militares.<sup>1</sup> Segundo Fuller, a maior contribuição de Clausewitz foi “sua insistência nas relações da guerra com a política”. (FULLER et al., 2002, p. 65)

A impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que as críticas à História Política fossem também dirigidas aos estudos dos fenômenos militares. Sendo esta parte da política, ou a política por outros meios, a História Militar foi tão negligenciada

quanto a História Política nos movimentos de renovação da primeira metade do século XX. (BURKE, 1991, p. 17-22)

Sabemos que o conhecimento histórico, construído na febre cientificista do século XIX, passou por uma série de transformações na primeira metade do século XX, com a *École des Annales* e no decorrer de suas gerações.<sup>2</sup> Segundo Peter Burke, pode-se dividir o movimento dos *Annales* em três fases:

Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical

---

*A História Militar foi,  
durante algum tempo,  
marginalizada em função  
de seu rótulo de história  
meramente factualista*

---

1 Karl von Clausewitz foi um teórico militar prussiano do século XIX, que teve sua principal obra, *Da guerra*, publicada *post mortem*.

2 Para uma análise das teorias cientificistas do século XIX, ver o capítulo III, intitulado *A temática do cientificismo* da obra *A Invenção da História* do professor Arno Whelng.

e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura e novos métodos especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. (BURKE, 1991, p. 12)

A terceira fase, iniciada por volta de 1968, se caracteriza, segundo Burke (1991, p. 13), pela fragmentação. A influência do movimento cresceu tanto, que perdeu “muito das especificidades anteriores”.

Era uma “escola unificada” apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimdo a história política e mesmo a narrativa. (BURKE, 1991).

Além da influência dos *Annales*, apontamos ainda o marxismo e o estruturalismo enquanto modelos explicativos hegemônicos responsáveis por manter a História Política no “porão”, expressão formulada por Michel Vovelle (SIRINELLI, 1998). Nesses modelos, os fatores econômicos e sociais determinam o político.

Destacamos ainda a questão da temporalidade. O fenômeno político entendido

enquanto fenômeno de curta duração, eventual, o tempo do “fato”, não se enquadrava na longa duração braudeliana.

Apesar das críticas, os fenômenos políticos nunca deixaram de ser tratados, mesmo na historiografia francesa. O próprio Marc Bloch não deixou de estudá-los, como observam Guenèe e Sirineli, ao se referirem ao livro *Os reis taumaturgos*. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, a história oitocentista sofreu com o estereótipo criado pelos *Annales*.

No entanto, vale dizer que os combates de Bloch e Febvre e o movimento historiográfico, que estimularam nos anos 20, foram em parte injustos com a historiografia do século XIX e mesmo com a que havia no início do século. (VAINFAS, 1997)

Se, por um lado, ainda na reflexão de Vainfas (1995), houve um historiador como Ranque, e se podemos dizer realmente que marginalizou “o que se poderia chamar de história sociocultural”, inúmeros historiadores “do século XIX e início do XX deram contribuição inestimável à renovação dos estudos historiográficos”. Vainfas está-se referindo aos estudos de Burkhardt sobre o Renascimento em 1860; Edward Gibbon, com a história sociocultural do império romano; Michelet e seus trabalhos sobre o Renascimento e sobre a atuação popular na Revolução Francesa; Henri Sée, em sua análise econômica sobre o Antigo Regime e, obviamente, Fustel de Colanges e seu clássico *A cidade antiga*, tratando da religião e da família na Grécia Antiga.

No final do século XX, houve o “retorno” da História Política. Além do recuo

do estruturalismo e do marxismo na década de 1970, a própria redefinição do objeto da História Política contribuiu para a sua revalorização. O Estado continua sendo um dos principais objetos da História Política, contudo este campo da história não se limita ao Estado e suas manifestações. Podemos apontar como objetos da História Política a cultura política: as ideias e representações políticas; os fenômenos de crenças e de transmissão de normas e valores políticos; a prosopografia política como um fértil campo de estudos; as biografias, compreendendo a necessidade de relacionar tempo e espaço com o indivíduo; as instituições políticas e suas dinâmicas internas e externas; enfim, um universo de possibilidades de estudos.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), já a Nova História Política, que começa a se consolidar a partir dos anos 1980, passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). (BARROS, 2004)

Trabalhando com novos objetos de estudo e fazendo uma (re)análise dos antigos, abordando-os sob novas perspectivas, a História Política e os demais campos se reavaliam e se revigoram (BARROS, 2004). Dessa sorte, recorrendo a Borges (2000), entendemos que a história “é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade”, contrapondo a possibilidade de compreender as ações dos homens sem a

consideração dos vários fatores constitutivos de um todo social, que terão relação direta ou indireta com o objeto a ser analisado. Como afirma Rémond, a “renovação da História Política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas” (RÉMOND, 1996).

Portanto, ao buscar entender uma esfera de poder sem compreender, por exemplo, a cultura política do grupo social em questão, a análise terá muitas lacunas. Os fenômenos históricos não são estanques, mas sim constituídos por uma série de fatores (sociais, psicológicos, políticos, econômicos etc.) que se relacionam. Perder de vista esta relação compromete o resultado da pesquisa.

### **Aproximações com a teoria social**

Se a História é tecida por homens, não é viável excluir da análise as orientações valorativas que permeiam uma determinada sociedade. Não é possível compreender as relações entre homens, no tempo, desvincilhando-se da dinâmica social em que estão inseridos e que atualizam. Especificamente para o caso militar, não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais. A aproximação da História com a teoria social contribui justamente para minimizar esta lacuna, frequente no que atualmente se denomina (pejorativamente) de História tradicional.

É preciso registrar que a própria História Social transformou-se muito nos últimos anos. Durante décadas, o conceito

estrutural de classe fez com que os historiadores e sociólogos praticamente ignorassem os sujeitos sociais. Entretanto, sobretudo durante os anos 1970, com o intuito de restringir o papel da estrutura na explicação historiográfica, a micro-história italiana inventou uma forma de valorizar o indivíduo. Impossibilitada de isolar completamente o indivíduo para engrandecê-lo, ela o colocou como a síntese de todo um conjunto articulado de redes sociais, permitindo verificar, a partir da redução de escala, entre outros aspectos, a mobilidade social e as suas formas de interação.

Nesse sentido, foi o antropólogo norueguês Fredrik Barth quem resolveu inicialmente a dicotomia “micro” *versus* “macro”. Considerou que os sujeitos sociais são agentes que carregam um determinado sistema de normas ou de valores, ou seja, sua própria cultura, condicionante de suas escolhas e de suas estratégias sociais. Em última análise, considerou que os sujeitos são sínteses do sistema valorativo que portam, bem como dos diversos papéis sociais que podem assumir em sua comunidade. Cada papel permite, em decorrência, que muitas relações sociais sejam tecidas, de modo que um sujeito representa sempre o ponto de encontro de diversas redes. Em termos práticos, um militar o é pelo tipo de relações que estabelece com outros.

Fugindo de um modelo difusionista, Barth procurou criar o que chamou de uma “antropologia do conhecimento” (BARTH, 2000, p. 143-146). Conhecimento, nesse caso, é a própria prática social, traduzida em estratégias orientadas pelos recursos disponíveis para um agente social qualquer.

A ação social que costuma trazer resultados favoráveis para o indivíduo é o que acaba por orientar (valorativamente) a prática subsequente. A prática social vai degenerando a orientação valorativa escrita, o direito positivado, de modo que o sistema normativo se adapta constantemente aos aspectos consuetudinários. Assim, há uma dinâmica na sociedade.

Para Barth (2000, p. 7-22), a ação social é sempre o resultado de escolhas e estratégias, que são conformadas, por sua vez, a partir dos recursos (econômicos, cognitivos, viáveis graças às alianças com vizinhos etc.) e contradições existentes no sistema de valores; em outras palavras, cada agente social, no momento em que se apresenta em uma relação e estabelece um laço social, dispõe de recursos, compromissos e uma visão de mundo que enformam as suas estratégias e escolhas. É interessante perceber como os atores de um determinado grupo social compartilham frequentemente o mesmo comportamento porque possuem valores que modulam de modo similar as suas escolhas.

Se todas as relações sociais são regidas por normas, tais normas, por sua vez, podem ser resgatadas nas próprias ações sociais. Esse corolário é que permite a passagem do “micro” para o “macro” e vice-versa.

Para Barth (2000, p. 169-172), o termo sociedade pode ser perigoso na análise, visto que indica homogeneidade. Não custa insistir que existem fraturas e contradições internas no sistema de normas. Sociedades, portanto, são sistemas desordenados. Barth assim rejeita a idéia de uma estrutura imóvel, que permeie toda

a sociedade. Sua noção de “processo generativo” é exatamente isso: a redefinição incessante das ações sociais articuladas com as fraturas do sistema normativo.

Desse modo, extremamente dinâmica é a forma como Barth pauta as relações indivíduo/sociedade. Ele lembra que um sujeito vive distintos papéis sociais em sua comunidade. Cada papel social experimentado permite que ele se insira em diversas redes sociais, estabelecendo os mais variados vínculos. Quando se partilha o indivíduo nesses papéis, o que somente é possível com a redução da escala, é que se percebe quantas redes nele se cruzam.

Por isso, o historiador italiano Carlo Ginzburg (1991, p. 172-174) lembra que um nome é, em última instância, uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo, sempre detentor de vários *status* simultaneamente. Assim, os sujeitos sociais nunca podem ser percebidos de forma isolada, visto que representam o ponto de encontro de diversas redes sociais. Com base nessa premissa, Ginzburg (1987) investigou as relações sociais do moleiro Menocchio e Giovanni Levi (2000) — as famílias do Piemonte. Esta é a metodologia microanalítica: por um indivíduo, imerso em redes, percebe-se uma sociedade.

São também as redes sociais que modulam o comportamento desses indivíduos. Todas essas redes se apresentam no momento de sua ação social. A ação pode então ser

considerada uma estrutura, porque por detrás dela há grande complexidade de forças envolvidas. (GINZBURG, 1991, p. 172-177)

Um conceito utilizado por Barth e que se mostra fundamental para a análise das sociedades militares é o de “fronteira” entre grupos (GINZBURG, 1991, p. 25-67). Há elementos que são intocáveis no sistema de valores de uma sociedade. Nas Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina são valores que não estão em jogo; não podem ser flexibilizados, visto que são a essência do negócio. A microanálise, com a lupa, ajuda a perceber o que está ou não

em jogo. Por isso, nesse ponto é útil o conceito de “fronteira”. Um retrato mais fiel da “fronteira” se concretiza quando se definem os elementos que estão em jogo e os que não estão. Ela tem regras que defi-

nem justamente a flexibilidade das relações sociais (GINZBURG, 1991, p. 33-49). A idéia de “fronteira” parece-nos muito importante em dois casos.

Em primeiro lugar, a “fronteira” intransponível se presta para formar as identidades dos grupos. Valores não compartilhados distinguem grupos, criando assim identidades pela diferença. Além de criar identidades, as “fronteiras” intransponíveis têm ainda uma segunda função: elas estão internalizadas por todos os grupos, o que faz com que cada um saiba o seu devido lugar na hierarquia social. Tal é a origem da polidez, fundamental na conservação da

---

*Cada papel social  
experimentado por um sujeito  
em sua comunidade permite que ele  
se insira em diversas redes sociais  
e estabeleça variados vínculos*

---

sociedade. A internalização das fronteiras étnicas cria um código mínimo, um idioma comum, ou, noutros termos, uma orientação valorativa geral, que cola o grupo, fazendo com que cada indivíduo assuma uma noção de pertencimento. Assim, é a internalização da noção de “fronteira” que faz com que um pelotão se apresente unido, ainda que internamente cada indivíduo tenha suas idiossincrasias, ou mesmo discorde intimamente das determinações de seu comandante. Há algo maior, que traz unidade ao grupo. A utilidade desse conceito para a análise é óbvia.

A micro-história italiana, entretanto, apresenta ao menos três problemas para a análise historiográfica. O primeiro problema desse tipo de abordagem advém da dificuldade existente em se generalizarem conclusões. Podemos indagar, por exemplo, com que frequência ocorre um determinado fenômeno observado. É normal ou excepcional? (BURKE, 2002, p. 61-66)

Outro problema é que a micro-história é um ótimo método para pesquisar uma sociedade e a sua funcionalidade. Reduzindo-se a escala, enfatiza-se a dinâmica “na” sociedade, por meio da reconstituição das trajetórias de alguns de seus indivíduos. Contudo, parece complicado perceber a dinâmica “da” sociedade em seu conjunto. O último problema encontrado na utilização da metodologia micro-analítica é a dificuldade de rastrear redes clientelares na documentação disponível para a pesquisa.

Assim, muitas vezes, conforme casos específicos, a utilização de outros suportes teóricos pode ser consideravelmente pertinente. Por exemplo, as teorias advindas dos escritos do sociólogo alemão Norbert Elias. Indagações acerca de conceitos-chave para a teoria social, como estrutura, evento, sociedade, ação social e mudança social, agregaram valor às reflexões, possibilitando uma compreensão mais refinada do envolvimento dos sujeitos sociais analisados com a sua sociedade.

Muito do que Elias escreveu parece, antes, ter sido anunciado pelo sociólogo (também alemão) Georg Simmel.<sup>3</sup> A perspectiva de sociedade lançada por Simmel é bastante interessante. Ele considera sociedade uma “(...) abstração indispensável para fins práticos” (SIMMEL, 2006, p. 8), que “(...) significa a interação psíquica de indivíduos” (SIMMEL, 2006, p. 15).

Em suas análises, tudo parece ter origem no ser humano: só que não na sua soma, e sim na sua interação. O próprio Simmel explica:

Mas a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. (SIMMEL, 2006, p. 17)

Isso significa, em primeiro lugar, que os indivíduos agem sobre si mesmos, causando influências mútuas uns nos outros. Depois, os indivíduos possuem uma herança, uma

---

3 Alguns sociólogos brasileiros consideram Elias tributário de Simmel. É o caso de WAIZBORT (2001, p. 89-111).

carga histórica, que condiciona valores disponíveis em sua cultura. Não é de surpreender, então, que Simmel (2006, p. 21) a todo o momento se apoie no método indutivo, tendo em vista que sua base é o indivíduo, em interação.

O que poderíamos questionar é se esta “carga histórica”, verdadeira herança dos indivíduos, não é uma espécie de estrutura, ainda que apenas existente no sistema de mentalidades, como instância abstrata que orienta a ação social.

Para o autor,

a sociedade não é, sobretudo, uma substância, algo que seja concreto em si mesmo. Ela é um “acontecer” que tem uma função pela qual cada um recebe de outro ou comunica a outrem um destino e uma forma. (SIMMEL, 2006, p. 18)

Não há, portanto, estrutura; a sociedade simplesmente acontece sobre essas interações. O que viabiliza essas interações, ou, em outras palavras, a própria sociedade, são os fundamentos mais simples e mais primitivos presentes na cultura (SIMMEL, 2006, p. 41). O que parece ser o mesmo que dizer que as pessoas se associam na mediocridade. A mudança é aristocrática, porque vem de cima.

O indivíduo pode-se destacar na massa, desde que não se aproprie do simples, mas sim do complexo. “A razão do apreço pelo novo e pelo excepcional reside ‘na sensibili-

dade para a diferença’ que há na constituição de nosso espírito” (SIMMEL, 2006, p. 45). O que movimenta a história é a diferença entre as pessoas. A ação social só parte da diferença.

Ainda que nos pareça efetivamente complicado sustentar uma pesquisa tendo como base uma teoria social que desconsidera a existência de uma estrutura social, especialmente quando o que pode estar em foco é uma sociedade militar, não se devem negar as contribuições de Simmel, por exemplo, para o estudo da liderança ou para o estudo das transformações ocorridas no âmbito de uma força armada.

Embora a perspectiva de Simmel seja tentadora, visto que enfatiza a interação dos indivíduos, amalgamando-os com a abstrata noção de sociedade, é difícil imaginar a ausência total de uma estrutura, mesmo que existente somente no plano das mentalidades, como valores herdados historicamente, que condicione essa mesma interação social.

Elias traz contribuição mais sofisticada, porque mantém a interação proposta pela sociologia de Simmel, sem perder totalmente de vista a noção de estrutura. A sociedade,

na concepção de Elias, é a dos indivíduos, de modo que, em termos práticos, não é possível separar o indivíduo da sociedade. Ele se aproxima de Simmel, ao falar que a “sociedade acontece”. E, se hoje ela é dos adultos, amanhã será das crianças atuais, o que faz dela um fluxo contínuo.

---

*Não há estrutura; a sociedade simplesmente acontece sobre as interações entre os indivíduos*

---

Deve-se considerar ainda que a sociedade se constitui nas “teias reticulares” (redes) em movimento relacional. Simmel e Elias afirmam que o indivíduo só existe nas relações. Em outras palavras, só há um soldado se houver um general, ou líder, se houver liderado, e vice-versa. Na obra de Elias, fica claro que é a sociedade (e a sua história) quem determina o que é o indivíduo, posicionando-o em seu devido lugar. Este lugar, dado pela estrutura social, é basilar para a compreensão do papel do indivíduo na sociedade. E, o que é mais interessante e promissor para as pesquisas em História Militar, tal indivíduo não desaparece ante as estruturas. É o próprio sociólogo quem melhor nos explica:

---

*A sociedade é a dos indivíduos,  
de modo que, em termos  
práticos, não é possível  
separar o indivíduo  
da sociedade*

---

Até a função social do escravo deixa algum espaço, por estreito que seja, para as decisões individuais. E, inversamente, a possibilidade de um rei ou general influenciar seu destino ou de outrem por suas qualidades pessoais costuma ser incomparavelmente maior do que a dos indivíduos socialmente mais fracos de sua sociedade. O alcance das decisões tomadas pelos representantes dessas funções de destaque torna-se imenso em certas situações históricas. E, para eles, a forma e a extensão da margem individual de decisão podem

variar consideravelmente, conforme a adequação e a estatura pessoais do ocupante da função. Aqui, a margem de decisão é não apenas maior, como também mais elástica; nunca, porém, é ilimitada.<sup>4</sup> (ELIAS, 1994, P. 49-50)

Ou seja, cada lugar social é compatível com um quadro de possibilidades próprio, que oferece escolhas aos indivíduos. Esse quadro é dado pela estrutura. Mas as escolhas também são moduladas pela estrutura, ou, melhor ainda, pela relação dos indivíduos com essa estrutura. Toda essa estrutura é também conformada pela sua própria historicidade. Por isso é falaciosa a tentativa de separação entre estrutura e indivíduo. Noutros termos, a partir de Elias, é preciso ter sempre em mente que não apenas gerais, mas também soldados têm escolhas, limitadas, por óbvio, por seus respectivos lugares sociais.

Norbert Elias, ao analisar uma cidade inglesa que recebeu o nome fictício de Winston Parva, investiga como se processa o fato de grupos se autorrepresentarem como melhores que outros. Diferentemente de Parsons, que defendia que, quanto mais recortado o objeto, menor a contribuição teórica da obra

---

4 As considerações de Elias fazem lembrar as de Ginzburg: “(...) da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”.

produzida, Elias mostra que os estudos microssociológicos são importantes, visto que a redução de escala permite a observação de fenômenos sociais que poderiam passar despercebidos se a análise fosse conduzida de maneira distinta.

Um dos aspectos que torna esse trabalho interessante é que, em termos gerais, pautando-se apenas nos indicadores socioeconômicos usuais, Parva era homogênea. Mas os que ali moravam não a viam assim.

A principal razão dessa diferença de visão está no fato de os chamados estabelecidos se considerarem melhores que os “outsiders”, e esses, de fato, inferiores. “Estabelecidos” eram o grupo mais antigo da cidade, os que se autopercebiam e eram reconhecidos como a “boa sociedade”, ou seja, o que havia de melhor naquela cidade. Dispunham de termos próprios, que classificavam e ofendiam os “outsiders”. Pertencer ao grupo dos “estabelecidos” significava, antes, sujeitar-se às normas desse grupo, obedecendo a uma figuração social específica. Não ter contato com “outsiders” era uma dessas normas. O que trazia identidade ao grupo dos “estabelecidos” era o seu “estoque de lembranças” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20-38).

Os “outsiders” eram vizinhos que chegaram posteriormente à cidade de Parva e que possuíam uma coesão grupal menor, se comparados aos “estabelecidos”. Ameaçavam transformar as identidades dos “estabelecidos”, ou

seja, as relações e a autoimagem deles. Em outras palavras, as ações dos “outsiders” eram vistas como um ataque ao “ideal do nós” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 45). Se um dia se tornassem “estabelecidos”, estaria concretizada a mudança social.

Seria interessante, por exemplo, refletir como essa relação “estabelecidos” *versus* “outsiders” se processa quando novos voluntários (ou “outsiders”) são absorvidos em forças militares; ou quando exércitos são incorporados ou dominados por outro,

que se considera, desde então, estabelecido.

Para Elias e Scotson (2000, p.23), há então uma figuração, em que cada grupo tem uma imagem de si e do outro. Para que um grupo coloque um rótulo sobre o outro, é necessário que haja um desequilíbrio de poder entre os dois.

Em sua análise, indivíduo e sociedade são instâncias inseparáveis: até a consciência do indivíduo é o resultado do que seus pares pensam dele, definindo-se na relação social: “A autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 40)

Por isso que Elias fala de autorregulação, um modo de manter a imagem. A opinião grupal sobre um indivíduo exige o seu autocontrole, uma coerção interna, derivada do “ideal do eu” (autoimagem) na sua relação com o “ideal de nós”. Se a sociedade é dos indivíduos, razão por que o “ideal eu” não

---

*As ações dos “outsiders” eram vistas como um ataque ao “ideal do nós”; se um dia se tornassem “estabelecidos”, estaria concretizada a mudança social*

---

pode estar dissociado do “ideal nós”, toda sociedade está em risco de desaparecer ou de se transformar, na hipótese de mudança social.

Quando se estuda o encontro de duas sociedades ou grupos a partir da guerra que se estabeleceu entre eles, é preciso ter, ao menos, duas preocupações em mente. Primeiro, é necessária forte relativização. Peter Burke (2002, p. 43-45) alertou para os riscos de se compararem sociedades. Enfatizou que não se pode pensar em estágios de evolução, como se uma sociedade fosse melhor que a outra. Analogamente, é mandatório ter cautela para não se promover um etnocentrismo.

Um segundo risco em que a pesquisa sobre conflitos bélicos pode frequentemente incorrer é o de assumir como premissa que os homens envolvidos agem exclusivamente pela vontade de ganho e poder; vontades, neste caso, inerentes à natureza humana. Ora, muito óbvio seria se essa fosse uma de suas conclusões. Tanto que guerras são normalmente explicadas por razões econômicas. Contudo, seria possível compreender a ação humana a partir de outras categorias, senão pelo autointeresse?<sup>5</sup>

Por meio de diálogos com o historiador grego Tucídides, autor da famosa História da

Guerra do Peloponeso, o antropólogo norte-americano Marshall Sahlins, da Universidade de Chicago, levanta questões fundamentais, que permeiam as reflexões antropológicas e historiográficas da contemporaneidade.

Propondo uma abordagem interdisciplinar, Sahlins examina o valor do conceito antropológico de cultura, pautado na tríade parentesco, mito e rito, para a análise historiográfica e inversa. Para o antropólogo, a origem dessa separação está no modelo historiográfico inaugurado pelo historiador grego Tucídides, em que se destacam dois problemas centrais.

Primeiro, ao defender o completo relativismo cultural, Sahlins acaba por considerar que o recorte, a narrativa e a inteligibilidade dada aos fatos são invenções do historiador. Para Sahlins, ainda hoje a noção que os historiadores têm de movimento histórico está errada, simplesmente porque não consideram as relações que as coisas mantêm.

Segundo, Tucídides entendeu que os seres humanos são automotivados, substituindo assim cultura pela noção problemática de natureza humana. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou

---

*Um risco em que a pesquisa sobre conflitos bélicos pode incorrer é o de assumir que os homens envolvidos agem exclusivamente pela vontade de ganho e poder*

---

5 Burke indica como uma dessas possibilidades a introdução da psicologia nos estudos historiográficos. Para ele, a psicologia pode contribuir, entre outras coisas, para libertar os historiadores do senso comum da natureza humana. No Brasil, tal sugestão parece não ter sido bem aproveitada. Sobre este ponto, consultar BURKE, op. cit. p. 163-164.

a cultura: os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e históricas. A guerra, dessa sorte, estaria sempre explicada pelas características da natureza humana, sem que a sua história precisasse ser narrada. Nas palavras de Sahlins:

É bastante impressionante em Tucídides a lista de práticas culturais e de instituições que, de uma maneira ou de outra, estão sujeitas à natureza humana, quer suplantadas por ela, quer dependendo dela para suas próprias características. A lista inclui parentesco, amizade, afiliação étnica, império e instituições sociais tradicionais em geral; os deuses, o sagrado e religião em geral; e, não menos importante, a linguagem, o significado das palavras em geral. Todas essas coisas são nada em comparação com os desejos humanos... (SAHLINS, 2006, p.116)

Para Sahlins, ao contrário, toda análise precisa levar em conta as relações que um determinado objeto mantém. No primeiro capítulo de seu livro, *A Guerra da Polinésia com apologias a Tucídides*, defende que Esparta e Atenas, tradicionalmente considerados “antítipos históricos”, não existiram por si só do modo como os historiadores as conhecem, mas sim

por meio de uma dialética complexa, que interligava suas condições internas a suas relações mútuas. Dinamicamente interconectadas, eram então constituídas de forma recíproca. (SAHLINS, 2006, p. 71)

Esparta inventou Atenas e vice-versa. Se compararmos Atenas com outra cidade, teremos outra Atenas. Elas não possuem sentido de forma imanente. A análise precisa, portanto, ser relacional.

Para Sahlins, os historiadores não trabalham com a ordem simbólica existente em uma sociedade. São capazes de isolar aspectos econômicos, políticos e sociais, como se uma determinada realidade pudesse ser sintetizada apenas em indivíduos e sociedade. Sendo empiristas, os historiadores não criam modelos para compreender a realidade.

No capítulo intitulado *Cultura e ação na história*, perseguindo suas reflexões sobre evento e estrutura, Sahlins (2006, p. 121-178) discute a natureza da dinâmica histórica, ao questionar se é o indivíduo ou a coletividade o verdadeiro agente da história. Para ele,

em termos amplos, a sugestão é que as coletividades estão para as tendências assim como os indivíduos estão para os eventos; em outras palavras, que a escolha de sujeitos históricos depende do modo de mudança histórica. (SAHLINS, 2006, p.123)

Assim, o coletivo é o sujeito histórico quando a mudança se dá de maneira gradativa, a longo prazo; no caso de mudanças eventuais, o indivíduo é o personagem principal. Como no exemplo do futebol americano, o indivíduo precisa estar no local certo e na hora certa para ter condições de potencializar a sua ação na história (SHALINS, p. 123-133). Há, então, uma simbiose entre evento e estrutura, ou indivíduo e sociedade.

Acerca das possibilidades de imbricar a História Social à Militar, apenas mais uma advertência. De fato, conforme alerta Peter Burke, a saudável aproximação da história com a teoria social traz contribuições contundentes para o fazer historiográfico atual.

Conceitos-chave, como classe social, papel social, *status*, mobilidade social, estratégia, função, estrutura, e sociedade, ampliam o espectro das pesquisas, na medida em que trazem novas questões, novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias. Mas é preciso não assumir uma posição inerte diante desses conceitos. Pois, muitas vezes, percebe-se como a historiografia brasileira, na ânsia de fazer uso de determinadas categorias analíticas, acaba por ignorar o modo como os indivíduos pertencentes à época estudada viveram esses mesmos conceitos.

### **As fontes históricas e a metodologia da História**

Também se ampliou a noção de fonte histórica e a relação do historiador com as mesmas (LE GOFF, 1992, p. 535-549). Fontes, na perspectiva da historiografia do século XIX, resumiam-se a documentos escritos e autossuficientes na produção do conhecimento histórico criados no âmbito do Estado ou de suas manifestações, cabendo ao historiador o trabalho de descrição. Conforme tal concepção, nos documentos oficiais, estaria a História pronta.

Compreendemos este tipo de preocupação metodológica quando, analisando o século XIX, percebemos que, para a consolidação da cientificidade da História, a produção do conhecimento da mesma deveria obedecer aos postulados newtonianos em vigor (regularidades nos fenômenos naturais, organização mecanicista, estabelecimento de leis etc.) (WEHLING, 2001, p. 57-60). A in-

terferência do sujeito no processo (o mero observador, cujo único trabalho era o de descrever a fonte) era impedida pela justificativa de se buscar uma total imparcialidade no resultado da pesquisa. Essa “imparcialidade” garantia a cientificidade.

A história é, a seguir, observação. Observar os fatos era, já para Guizot, o método que, tomando por modelo as ciências da natureza, devia permitir que os estudos sobre o homem se constituíssem como ciências. (HARTOG, 2003, p.117)

Ora, esta teoria encontra uma série de limitações. Tal imparcialidade se frustra logo no momento em que o pesquisador decide sobre o seu objeto de pesquisa. “Por que esse e não aquele?”, a própria escolha obedece a uma subjetividade. Como nos argumentos anteriores, em que não se compreende um fato se isolado de um todo social, reconhecemos também que, já no momento em que “escolhe a sua vocação até que aprende a processá-la, o historiador está rodeado de condicionamentos sociais inevitáveis” (FLORESCANO, 1997). Acerca desse ponto, Arno Wehling afirma que

nossa imagem do conhecimento histórico e do próprio processo são relativas à nossa própria cultura e não um padrão geral que possamos aplicar indistintamente a diferentes povos e épocas. (WEHLING, 2001, p. 15)

Então, como não tornar o conhecimento histórico o resultado da mera subjetividade de quem o produz? Hayden White, no início da década de 1970, propôs praticamente

a mesma questão, porém nos seguintes termos: como diferenciar o texto ficcional do texto historiográfico? A História seria mero discurso em obediência às concepções ideológicas do “pseudo-historiador”? Chegamos, então, ao ponto central desta discussão. O que vai impedir uma sobreposição na pesquisa dos aspectos pessoais do pesquisador será o instrumental metodológico utilizado na pesquisa. Essa será a forma pela qual o trabalho científico se afastará de uma pura e simples produção orientada por questões políticas ou ideológicas. Afinal,

É do desejo que surgem a música, a literatura, a pintura, a religião, a ciência e tudo o que se poderia denominar criatividade. Mas é também do desejo que surgem as ilusões e os preconceitos. Esta é a razão por que a ciência, desde seus primórdios, tratou de inventar métodos para impedir que os desejos corrompessem o conhecimento objetivo da realidade. (ALVES, 2000, p. 41)

Entretanto, devemos ainda alertar que não será, pois, a “terapia empregada no tratamento de uma doença incurável” que irá “restituir-nos a saúde”. Wehling adverte:

O conhecimento da aporia, aliás, não implica a superação das dificuldades que ela envolve; serve-nos apenas para atilar o espírito contra as tentações do reducionismo. Imaginar que deixamos de ser etnocêntricos pelo simples fato de identificarmos o etnocentrismo equivale supor que

a terapia empregada no tratamento de uma doença incurável pode efetivamente restituir-nos a plena saúde, quando aquilo a que se aspira é a convivência com o mal. (WEHLING, 2001, p. 51)

---

*Qual o melhor método a ser utilizado?  
O método selecionado terá relação direta e inevitável com a natureza do objeto*

---

Qual o melhor método a ser utilizado? O método selecionado terá relação direta e inevitável com a natureza do objeto. Ruben Alves avalia da seguinte maneira:

O que o leva a escolher o anzol? É o peixe que você espera pegar. A escolha do anzol é governada por uma hipótese acerca dos peixes que podem ser encontrados. (ALVES, 2000, p. 112)

Assim, o que vai determinar a forma como o pesquisador atuará junto ao seu objeto será a própria natureza do objeto, ou melhor, as hipóteses que se pretendem confirmar. Ou seja, “uma hipótese; a escolha de um anzol; a pesca de um peixe, de acordo com a hipótese” (ALVES, 2000, p. 113). O resultado de qualquer pesquisa dependerá do instrumental metodológico aplicado.

Não queremos dizer com isso que, para cada objeto, exista apenas uma ferramenta de análise. Criticamos, dessa forma, a concepção de que cabe ao historiador buscar a “verdade histórica”, absoluta, irrefutável de qualquer objeto de pesquisa que caracterizou a historiografia do século XIX. Não existe uma única verdade histórica, não existe monocausalidade; existem visões diferentes de um mesmo objeto, de

acordo com o instrumental metodológico empregado. Ao olharmos para o céu usando um binóculo e um telescópio, teremos visões diferentes de um mesmo objeto, o “céu”. Nenhuma será falsa, apenas cada resultado obedecerá à ferramenta que está sendo utilizada.

A própria relação sujeito-objeto foi alterada. Em lugar de relações de objetividade (científicas) e relações de subjetividade (não científicas) — com graus que iam do reísmo ao solipsismo —, abrem-se novas perspectivas, diferentes daquelas elaboradas a partir da teoria do conhecimento grego. Em lugar da simples associação do relativismo ao subjetivismo, assumiu aspecto primordial o papel da posição do observador na análise científica, posição esta que, fundamentada em premissas epistemológicas e procedimentos metodológicos, é ao mesmo tempo relativa (ao instrumental teórico disponível) e objetiva (porque corresponde, naquele nível e sob aquela perspectiva, ao conhecimento absoluto, máximo cognoscível sobre o objeto). (WEHLING, 2001, p. 91)

Em síntese, a História é relativa porque permite diferentes abordagens de um mesmo objeto através de diferentes ferramentas de análise. O que não a torna meramente subjetiva, pois a influência dos aspectos pessoais do sujeito (pesquisador) encontra como barreira os métodos científicos. Mais uma vez, é Arno Wehling que complementa, ao afirmar que:

---

*A História é relativa  
porque permite diferentes  
abordagens de um mesmo  
objeto através de diferentes  
ferramentas de análise*

---

A teoria geral e a teoria especial da relatividade colocaram, em termos epistemológicos, a questão do perspectivismo no conhecimento: não a antiga visão subjetivista-solipsista dos sofistas, mas a relação relativista entre a posição do sujeito e o seu objeto. (WEHLING, 2001)

Hoje entendemos que tudo o que restou de uma sociedade e que nos possibilita elaborar um conhecimento da mesma — conhecimento relativo e provisório — é fonte histórica, e o historiador manuseará as fontes para dar-lhes a forma, ou seja, as fontes só responderão ao que o historiador perguntar. Para E. H. Carr, as fontes estão disponíveis ao historiador como “os peixes estão na tábua do peixeiro”. O historiador, tal como o peixeiro, “deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o mais atrair” (CARR, 1984, p. 13). Os fatos não são autoexplicativos.

Cabe ao historiador ir ao passado e interrogar as evidências que este deixou com as perguntas adequadas, munido dos conceitos e métodos apropriados, para este passado oculto revelar-se em sua lógica subjacente, agora por ele percebida, muitas vezes, ignorada por seus próprios agentes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 24)

### **Considerações finais: e a História Militar?**

Tais renovações metodológicas do conhecimento histórico e, inclusive, da História Política e Social, estão sendo aplicadas ao estudo dos fenômenos militares,

o que nos permite renovar as investigações neste campo de estudos, resultando em novas produções. Em outras palavras, atualmente os esforços estão voltados para analisar o fenômeno militar sob novas perspectivas, com novos objetos, procurando aprofundar a visão sobre objetos já analisados, enfim, levando em consideração todos os fatores da sociedade e do tempo em que está inserido o objeto de pesquisa.

A partir dessa concepção, as batalhas se tornam um dos objetos da História Militar; a História Militar não se esgota na batalha; e a batalha não perde importância, já que não é possível pensar no soldado e não pensar na batalha, na “Guerra” em todas as suas conotações no tempo e espaço. São objetos da História Militar hoje os desdobramentos da guerra nas estruturas (sociais, políticas, culturais etc.); os diferentes significados da guerra em diferentes culturas no tempo; a relação do fenômeno militar na organização sociocultural; as tradições (símbolos, imagens, canções etc.); o estudo das instituições militares; o gênero nas Forças Armadas; etc. Enfim, há um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas.<sup>6</sup>

Tais esforços estão sendo empreendidos por profissionais, civis e militares, ligados

a instituições diversas, como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e o Departamento de Educação e Cultura do Exército, com o curso de História Militar Brasileira, formando especialistas em História Militar e produzindo conhecimento que não interessa apenas à História Militar, mas a todo o conhecimento histórico. Nas palavras do historiador Paulo André Leira Parente:

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da história. (PARENTE, 2006, p. 69)

Ainda há muito que se produzir no campo da História Militar, consciente de que não negligenciar o diálogo com os outros campos da História — como a História Política, com a História Social, Cultural, Econômica, das ideias etc. — é contribuir para a construção de conhecimentos assaz esclarecedores.

## Referências

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Loyola, 2000.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Edusc, 2007.

6 Em artigo intitulado *Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação*, publicado na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no ano de 2006, o professor Paulo Parente apresenta uma série de possibilidades de temas a serem explorados em História Militar.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

\_\_\_\_\_. Process and form in social life. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BARROS, José D` Assunção. O campo da História: especificidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história?. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos)

BURKE, Peter. A escola dos Annales – 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. História e teoria social. São Paulo: UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARR, E. H. Que é história?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik (Org.). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 23-26

CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DUBY, George. A história continua. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, UFRJ, 1993.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FLORESCANO, Enrique. A Função Social do Historiador. Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, v. 2, n. 4, 1997.

FULLER, John Frederick Charles. A conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 65.

GINZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico". In: GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, 1991. p. 168-178.

\_\_\_\_\_. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLENISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: DIFEL, 1961.

GUENÈE, Bernard; SIRINELLI, Jean-François. L'histoire politique. In: BÉDARIDA, François (dir.). L'histoire et le métier d'historien em France 1945-1995. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995.

HARTOG, François. O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. A micro-história Italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PARENTE, Paulo André Leira. Uma nova História Militar?: abordagens e campos de investigação. A Defesa Nacional, v. 806, n. 3, 2006.

RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SAHLINS, Marshall. História e cultura: apologias a tulcídides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 116.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. In: BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (dir.). Axes et méthodes da l'histoire politique. Paris: PUF, 1998.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

WAIZBORT, Leopoldo. "Elias e Simmel". In: NEIBURG, Frederico et al. Dossiê Norbert Elias. São Paulo: USP, 2001.

WEHLING, Arno. A invenção da História: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.